

DOCTRINA

ARTIGOS

Perfil da não cumulatividade das contribuições da perspectiva constitucional

Tercio Sampaio Ferraz Junior.....9

A imunidade dos livros e periódicos e do suporte de sua fixação

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho19

1 Introdução19

2 A imunidade dos livros e do papel destinado a sua impressão abrange o *e-book*, o *audio-book* e os suportes, exclusivamente, utilizados para a sua fixação e utilização20

3 Conclusão37

Referências38

Crédito-prêmio do IPI. Uma questão mal resolvida

Kiyoshi Harada41

1 Introdução41

2 Da Legislação41

3 Da jurisprudência do STF46

4 Da jurisprudência do STJ47

5 Conclusões53

O protesto extrajudicial de certidão de dívida ativa: o reconhecimento da constitucionalidade por parte do STF

Diogo Lopes Cavalcante.....55

1 Introdução55

2 O protesto de documentos de dívida de qualquer natureza56

2.1 A razão de ser dos tabelionatos de protesto56

2.2 Da necessidade do protesto subsidiário dos documentos de dívida de qualquer natureza57

3 A certidão de dívida ativa60

3.1 Natureza60

3.2 Formas de cobrança62

4 A desjudicialização da cobrança da CDA63

5 O reconhecimento da constitucionalidade do protesto de CDA pelo Supremo Tribunal Federal72

6 Considerações finais74

Referências76

O IPTU e sua base de cálculo: alterações da base de cálculo à luz dos princípios constitucionais tributários: análise de caso no Distrito Federal

| | |
|--|----|
| Tamara Rodrigues Ramos, José Hable | 79 |
| 1 Introdução | 79 |
| 2 Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana | 80 |
| 2.1 Base de cálculo do IPTU | 81 |
| 2.2 Planta Genérica de Valores | 82 |
| 3 Dados e resultados empíricos das alterações da base de cálculo do IPTU no Distrito Federal | 83 |
| 3.1 Procedimento e coleta de dados | 83 |
| 3.2 Regulamento do IPTU no Distrito Federal | 84 |
| 3.3 Linha do tempo das alterações da base de cálculo do IPTU no Distrito Federal | 84 |
| 3.4 Reajuste percentual de valores previstos no próprio instrumento normativo | 85 |
| 3.5 Alterações efetivas dos valores venais nas superquadras residenciais de Brasília.... | 86 |
| 3.6 Proposta de aumento do IPTU no Distrito Federal com base no Projeto de Lei nº 142 de 2015 | 88 |
| 4 Análise das alterações da base de cálculo do IPTU à luz de princípios constitucionais tributários..... | 89 |
| 4.1 Princípio da legalidade tributária..... | 90 |
| 4.2 Princípio da anterioridade | 93 |
| 4.3 Princípio da proporcionalidade..... | 94 |
| 5 Conclusões | 98 |
| Referências | 99 |

Sobre a incidência do ISS e ICMS sobre *streaming*

| | |
|--|-----|
| Maurício Dalri Timm do Valle, Vinicius Felipe Caimi Leonart | 101 |
| Introdução | 101 |
| 1 Uma aproximação com a ciência da computação | 103 |
| 1.1 Internet | 103 |
| 1.2 Protocolo..... | 104 |
| 1.3 Multimídia de fluxo contínuo armazenado (<i>streaming</i>) | 107 |
| 2 Premissas jurídicas | 109 |
| 2.1 A materialidade do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS..... | 109 |
| 2.2 As materialidades do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS | 113 |
| 2.2.1 ICMS sobre circulação mercantil | 114 |
| 2.2.2 ICMS sobre serviço de comunicação..... | 116 |
| Conclusão | 118 |
| Referências | 125 |

A Declaração País-a-País e a Ação 13 do Projeto BEPS

| | |
|--|-----|
| Ramon Tomazela Santos | 129 |
| 1 Introdução | 129 |
| 2 A impossibilidade de instituição da Declaração País-a-País por meio de ato normativo infralegal..... | 132 |
| 3 A obrigatoriedade da entrega da Declaração País-a-País | 140 |
| 4 Hipóteses de dispensa de apresentação da Declaração País-a-País | 142 |
| 4.1 Dispensa em razão do cumprimento por entidade substituta | 142 |

| | | |
|-----|---|-----|
| 4.2 | Dispensa em razão da materialidade | 143 |
| 5 | A forma e o prazo de apresentação da Declaração País-a-País | 144 |
| 6 | Da indicação da entidade declarante | 144 |
| 7 | As informações da Declaração País-a-País | 146 |
| 8 | Dos efeitos da falha sistêmica..... | 153 |
| 9 | Das penalidades..... | 153 |
| 10 | Conclusões | 155 |

Uma “nova” visão sobre a isenção tributária das instituições filantrópicas: a necessidade de lei complementar para tratar de matéria de exoneração fiscal das entidades beneficentes

Paulo Adyr Dias do Amaral, Raphael Silva Rodrigues 159

| | | |
|---|---|-----|
| 1 | Introdução..... | 160 |
| 2 | Regime jurídico e interpretação teleológica do disposto no art. 195, §7º, da CF/88 e no art. 29 da Lei nº 12.101/2009 | 161 |
| 3 | A necessidade de lei complementar em matéria tributária: reforço aos preceitos do sistema constitucional tributário..... | 166 |
| 4 | O “velho” enfrentamento da matéria pela jurisprudência de alguns tribunais pátrios | 168 |
| 5 | Considerações finais..... | 172 |

DOCTRINA

PARECER

Imunidades tributárias previstas nos artigos 150, inciso VI, letra “c”, e 195, §7º, da CF são cláusulas pétreas por força do artigo 60, §4º, inciso IV, da Lei Suprema. O Projeto de Emenda Constitucional n  287/2016 não objetiva alterar o princípio constitucional e se alguma emenda intentar atingi-lo seria inconstitucional

Ives Gandra da Silva Martins 177